



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



ASSESSORIA JURIDICA DA CAMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PARECER JURÍDICO Nº:

110/2021

REFERÊNCIA:

Projeto de Lei nº 73/2021 – Altera a Lei Municipal 2.140 de 23 de novembro de 2009 e dá outras providências.

ÓRGÃO SOLICITANTE:

Presidência da Câmara Municipal

I – RELATÓRIO

Requer o Chefe do Executivo que seja alterada a Lei Municipal n. 2.140 de 23 de novembro de 2009, dando nova redação ao artigo 2º, ao inciso I do artigo 2º e suas alíneas, ao inciso III e suas alíneas do artigo 2º, ao § 2º do artigo 2º e ao art. 8º.

Na fundamentação ofertada pelo Poder Executivo, este argumenta que o Projeto em análise visa majorar a representatividade da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural de Bom Despacho.

Ainda em sua justificativa, argumenta o executivo que:

“Precisamos ter um conselho composto por seguimentos sociais que realmente representam as vertentes culturais de nossa cidade e servidores das secretarias que estão relacionadas as nossas atividades”

É o relatório do necessário.

II – COMPETÊNCIA E INICIATIVA

Compete às autoridades municipais regulamentar os assuntos de ordem local, conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Art. 9º Compete ao Município:

(...)

II - organizar, regulamentar e executar seus serviços administrativos;

Art. 11. Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Neste contexto, é incontestável a competência municipal para tratar do objeto desta propositura.

No que diz respeito a iniciativa do projeto de lei, esta é do Executivo Municipal, a teor do que dispõe o artigo 73, caput, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 73. A iniciativa de Emenda e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Portanto nos termos expressos, em razão do princípio da democracia, compete também ao Chefe do Poder Executivo propor a normatização da matéria.

Incontestável, portanto, que o objeto do presente projeto de lei se encontra dentro da competência da esfera municipal, sendo legítima a iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

III – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto visa atualizar e perfeiçãoar e majorar a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural de Bom Despacho.

Por sua vez o Conselho Municipal de Política Cultural de Bom Despacho, visa propor diretrizes da política municipal de cultura, adequando-a às necessidades e condições do município.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Importante salientar que de acordo com a justificativa do executivo, alguns seguimentos da sociedade Civil que compõem o atual Conselho, já não mais existem. Até mesmo o nome da Secretaria mudou de nomenclatura neste interregno.

Indiscutivelmente o objetivo reestruturação do Conselho é aliar o poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada para discutir aspectos que tem reflexo direto no desenvolvimento cultural da cidade. Serão pautados nas reuniões programas e projetos para serem inseridos no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e, na Lei Orçamentária Anual – LOA.

O Projeto de Lei 73/2021, deu nova redação ao caput do artigo 2º, determinando o número de conselheiros titulares e suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais. O Conselho passou de 06 para 12 Conselheiros, sendo 06 representantes do Poder Executivo e 06 representantes da Sociedade Civil.

Foram dadas novas redações ao inciso I e suas alíneas de “a” a “f”, do artigo 2º, contemplando os representantes do Poder Executivo, titulares e suplentes.

O inciso II, e suas alíneas de “a” a “f” do artigo 2º, receberam novas redações, contemplando os Conselheiros representantes da Sociedade Civil, titulares e suplentes.

A nova redação dada ao § 2º do artigo 2º, indica que os representantes governamentais e seus suplentes serão indicados pelos respectivos secretários.

Por fim, o projeto em análise, deu nova redação ao artigo 8º, retificando o nome da Secretaria Municipal de Política Cultural, passando a ser denominada de Secretaria Municipal de Cultura, Artes e Turismo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



As modificações acima mencionadas, salvo melhor juízo, trazem mais praticidade, modernidade, aperfeiçoamento e, principalmente mais representatividade ao Conselho Municipal de Cultura – CMC.

Assim, não há que se falar em inconstitucionalidade material quando o conteúdo da norma não afronta o texto constitucional.

Por fim, não se visualiza, a princípio, inconstitucionalidade e ilegalidade na tramitação do projeto em análise, cabendo aos nobres vereadores a análise de mérito para aferir a oportunidade e conveniência de sua aprovação.

IV - CONCLUSÃO

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 62/2021, tendo em vista sua consonância com a legislação federal, estadual e municipal pertinente, sem prejuízo das demais fontes de direito registradas. Nada mais a verificar, remeto o parecer para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.

Bom Despacho-MG, 25 de maio de 2021.

Helder Paiva de Oliveira
OAB-MG – 76.632
Assessor Jurídico da Câmara Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO
MINAS GERAIS**



LEI Nº 2.140 / 2009

Cria o Conselho Municipal de Política Cultural de Bom Despacho, define seus objetivos, suas atribuições, suas fontes de recursos, seus gestores e executores e dá outras providências.

O Povo de Bom Despacho/MG, por seus representantes legais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Bom Despacho, o CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, como órgão consultivo da política cultural.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Política Cultural terá a seguinte constituição:

I- MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIAPAL:

- a) 01 Secretário(a) Municipal de Cultura Artes e Turismo;
- b) 01 Representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- c) 01 Representante do Museu Ferroviário;
- d) 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 01 Representante da Biblioteca Pública Municipal;
- f) 01 Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Projetos.

II- MEMBROS REPRESENTANTES ELEITOS DA SOCIEDADE

- a) 01 representante da Associação dos Artesãos de Bom Despacho;
- b) 01 representante do Centro de Arte e Cultura;
- c) 01 representante do Museu da Cidade;
- d) 01 representante do Coral Voz e Vida;
- e) 01 representante do Poder Legislativo;
- f) 01 representante da Associação dos Congadeiros de Bom Despacho.

§1º- Desempenhará a função de Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, o Secretário Municipal de Cultura.

§ 2º- O Prefeito Municipal é o Presidente de honra do Conselho Municipal de Política Cultural.

§ 3º- Os membros citados no item II bem como seus suplentes, serão eleitos e indicados pelas respectivas Entidades.

§ 4º- Todos os membros designados terão os Suplentes que os substituirão no impedimento, afastamento ou qualquer ausência.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO MINAS GERAIS



§ 5º- Todos os membros Titulares e Suplentes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O mandato dos membros designados será de dois anos, permitida a recondução, por mais um mandato consecutivo.

§ 1º- Perderá o mandato, o conselheiro designado, que sem razão justificada antecipadamente e, aceita pelos demais membros, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou não, no decorrer de seu mandato.

§ 2º- Em caso de vaga do titular, será efetivado o Suplente para completar o mandato. Se o período do mandato a ser completado for superior a um ano, deverá ser nomeado um novo Suplente.

Art. 4º- Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, não serão remunerados, sendo sua função considerada de relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 5º- Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

- I- propor as diretrizes da política municipal de cultura, adequando-a às necessidades e condições do Município;
- II- pronunciar-se sobre a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Cultura destinados à Projetos Culturais no Município;
- III- manifestar-se sobre a utilização dos espaços destinados à realização de atividades culturais no Município;
- IV- prover o intercâmbio com Órgãos públicos e privados afins, no Município, no Estado e no País;
- V- manifestar-se sobre o Plano de Cultura do Município e o relatório anual da Secretaria Municipal de Cultura;
- VI- zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à cultura, no Município;
- VII- manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões em que for omissa esta Lei, além de outras encaminhadas pelo Presidente, Secretaria Municipal de Cultura Artes e Turismo ou Prefeito Municipal;
- VIII- elaborar o seu Regimento Interno, o qual será aprovado por Decreto.

Art. 6º- O Conselho Municipal de Cultura, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por bimestre, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente por iniciativa própria, ou atendendo a requerimento de maioria simples dos membros do Conselho. Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Cultura, somente funcionará e deliberará sobre matéria de sua competência, com a presença de pelo menos a maioria simples de seus membros.

Art. 7º- Representantes da Comunidade, de Classes e Órgãos legalmente constituídos, poderão ser ouvidos por força de interesse público e a critério do Presidente para subsidiar as decisões do Conselho.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO
MINAS GERAIS**



Art. 8º- O suporte técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, é de responsabilidade da Secretaria Municipal, Cultura, Artes e Turismo.

Art. 9º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Despacho, 23 de novembro de 2009.


Haroldo de Sousa Queiroz
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO	
ESTADO DE MINAS GERAIS	
Publicação nº	290, 2009
Certifico para fins de comprovação que este(a) Lei...	
Foi publicado no quadro de publicações da Prefeitura no	
período 23, 11, 09 e	o referido
é verdade e dou fé.	
Bom Despacho	23, 11, 2009
Ass. Servidor	
RG/Matricula	193699